

Empresas querem discutir energia

São Paulo — Para debater e encaminhar à Constituinte propostas de interesse do setor, representantes de concessionárias de energia elétrica estarão reunidos em São Paulo, de 8 a 11 de dezembro, no "Simpósio Nacional: Constituinte e Setor Elétrico".

A idéia de organizar esse simpósio surgiu na Eletropaulo, quando David Waltenberg, superintendente de negócios jurídicos, levantou na Constituição em vigor pontos que atingem a produção de energia no País, além de constatar a ausência de uma referência à preservação do meio ambiente.

São artigos específicos sobre fontes energéticas ou disposições gerais que atingem as empresas, como a proibição de greve em atividades essenciais.

CENTRALISMO

Uma das grandes preocupações do setor é o fato da União centralizar as decisões na área de energia. Esse é o primeiro tema a ser debatido no simpósio: "Centralismo e Federação", das 9h às 12h do dia 9 de dezembro (a abertura solene realiza-se na tarde do dia anterior). Cada tema será apresentado em três fases: primeiro uma conferência (a deste dia ficou com o jurista Miguel Reale, depois o debate entre convidados de pontos de vista divergentes e, finalmente, as perguntas ao auditório.

Pela atual Constituição, a União tem competência exclusiva para legislar sobre desapropriação, jazidas, minas e outros recursos minerais, águas e "energia (elétrica, térmica, nuclear ou qualquer outra)". A pergunta que David Waltenberg faz: "Deve ser preservada a exclusividade da União ou convém estender a essas matérias a competência legislativa supletiva dos estados, em reconhecimento à quase inviabilidade de, centralizada e uniformemente, se regularem as múltiplas e diferenciadas facetas que cada uma dessas questões apresenta pelos vários "Brasis?"

Na conferência da tarde, "Tarifas e Tributos" (pelo professor Caio Tácito), o centralismo da União também será discutido, pois alguns dos problemas do setor hoje no Brasil foram provocados por decisões sobre o assunto tomadas pela União sem consulta e até mesmo contra o interesse das concessionárias.

Esse poder da União foi muito usado no governo passado, como os projetos de aproveitamento hidráulico elaborados pelas empresas brasileiras que conseguiram com grande facilidade financiamentos externos, quando havia dificuldades de fechamento do nosso balanço de pagamentos, a Secretaria do Planejamento do Governo Fede-



David Waltenberg

ral encaminhava pedidos de empréstimos para obras que normalmente só seria executadas anos depois.

Isso resulta hoje em dificuldades para as concessionárias. A Eletropaulo, por exemplo, há 10 anos mantinha-se com dois terços de capital próprio e um terço de terceiros. Hoje, depois de uma série de empréstimos não necessários no momento em que foram contraídos, a empresa está com um terço de capital próprio e dois terços de capital de terceiros.

Waltenberg lembra também que, com relação a tarifas, a atual Constituição, no seu artigo 167, observa que elas devem permitir a "justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato". Além disso, o parágrafo III fala em revisão periódica da tarifa, o que vem sendo descumprido pela União: "Há dez anos o setor não tem essa justa remuneração", diz Waltenberg.

Uma das sugestões que já se ouve no setor é a de incluir na Constituição um item que permita o ressarcimento da empresa quando a União decidir controlar a inflação às custas do rebaixamento das tarifas.

OUTROS TEMAS

Na quarta-feira, 10 de dezembro, o jurista Adilson de Abreu Dallari falará sobre "Iniciativas Privada e Pública". A tarde, caberá ao professor Sérgio de Andrea Ferreira a conferência "Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente".

Na quinta-feira, o professor Amauri Mascaro Nascimento fará a última conferência, abrindo a discussão sobre o tema: "Greve e Atividade Essencial".

Os convites para a participação no Simpósio foram feitos às 65 empresas do setor, além das entidades e associações da área e ministérios interessados nos temas. E também para juizes e juristas.

E muito grande o interesse manifestado pelo Simpósio, cujas inscrições estão abertas até dia 1º de dezembro, em São Paulo, Alameda Barros 805, telefone (011) 826 9111.

CORREIO BRAZILIENSE

27 NOV 1986

ANC 88
Pasta Novembro/86
112

Handwritten signatures and scribbles on the right side of the page.

CORREIO BRAZILIENSE